

Clío en las aulas.
La enseñanza de la Historia en España entre reformas,
ilusiones y rutinas

FERNÁNDEZ, Raimundo Cuesta. Madrid: Akal Ediciones,
1998, 260p.

*Aléxia Pádua Franco**

Nos últimos 30 anos, as investigações sobre o Ensino de História têm se expandido e se consolidado como um campo específico de pesquisa que se situa nas fronteiras da História e da Educação, buscando um diálogo entre estas duas áreas. No Brasil, o fortalecimento desta área de pesquisa pode ser percebido, por exemplo, na criação, no início de 2006, durante o VII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH), da Associação Brasileira de Ensino de História. Em várias partes do mundo, são publicados artigos, livros sobre o tema, os quais, a cada dia, demonstram maior maturidade teórico-metodológica.

Neste contexto, inserem-se as pesquisas de Fernández, que atua no ensino secundário e universitário espanhol, em Salamanca. Tem várias publicações na área de História, Didática Crítica e História da Educação, sendo citado em artigos espanhóis sobre o ensino de História, para contextualizar a formação desta disciplina escolar. O livro *Clío en las aulas* é fruto de sua pesquisa de doutorado em História, realizado sob orientação do Prof. José M. Hernández, e de sua atuação em grupos como o FEDICARIA e Projeto Cronos que, nos anos 90, elaboraram propostas para o ensino de História e áreas afins.

O livro em questão analisa o panorama geral do ensino de História na Espanha, desde os séculos XVI-XVII, quando a História ainda não tinha sido institucionalizada como disciplina escolar, até 1995. Observa as diferenças e semelhanças entre o ensino primário e secundário nos diferentes momentos dessa história, além do ensino universitário, principalmente no que concerne à formação dos professores. Para isto, investiga a história do Ensino de História, suas mudanças

* Professora de História da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU). alexiapadua@centershop.com.br

e suas permanências, inserindo-as no contexto político e econômico espanhol. Analisa as diferentes propostas curriculares (oficiais ou não) elaboradas ao longo dessa história, a participação do Ministério da Educação, dos historiadores, dos pedagogos nos movimentos de renovação desse ensino, o saber histórico escolar presente nos livros-textos, a prática dos professores, que desencadeiam diferentes apropriações dos livros e dos programas curriculares. Assim, observa as aproximações e as divergências entre a história sonhada, a regulada e a ensinada; a relação entre os movimentos da ciência histórica e do saber histórico escolar; a presença de elementos psicopedagógicos na metodologia de ensino dos conteúdos de História. Neste processo investigativo, ele discute, principalmente, a história sonhada/regulada nos anos 80/90 do século XX para o Ensino Secundário e propõe a construção de uma *Didática Crítica da História*.

Fernández procura fazer uma abordagem global da história do Ensino de História, relacionando-a com os modos de educação “tradicional-elitista” e “tecnocrático de massas” e com a estrutura da escola capitalista que para ele não é nem reprodutivista, nem democrática, mas é um espaço de limites e possibilidades, alienante e libertador ao mesmo tempo. Além disso, pauta suas análises na “História Social do Currículo”, principalmente nas idéias desenvolvidas por Chervel e Goodson. Desta forma, ao elaborar a história do ensino de História, ele considera que as disciplinas escolares não são mero reflexo, apêndice ou simplificação das ciências de referência. Elas representam um conhecimento autônomo, com especificidades constituídas conforme o contexto institucional (programas), mercantil (livros didáticos), a ação cotidiana e ritualizada da comunidade escolar (professores, alunos, etc.). São um conjunto de idéias, valores, discursos, conteúdos, modelos de prática docente, rotinas, hábitos sócio-educativos, construído social e historicamente através de ações e negociações institucionais, editoriais, docentes e discentes.

Como acredita que a constituição da cultura escolar não seja feita apenas pelo Estado, mas também por professores, alunos, autores de livros e outros sujeitos, Fernández não fica restrito à pesquisa nos documentos jurídicos, como acontecia na tradicional pesquisa em História da Educação. Pesquisa fontes variadas como as literárias, observando as memórias de escolarização; as iconográficas (fotos, pinturas), examinando a organização espacial das salas de aula; as materiais (objetos escolares); as arquitetônicas; as escritas (cadernos de alunos e professores, exames escritos, manuais escolares); e os registros orais (memórias de professores).

Ao construir a história do ensino de História, Fernández tem o mérito de— ao invés de contrapor duas ou mais tendências do ensino de História (tradicional, marxista, temático...), como se houvesse uma sucessão linear e evolutiva de uma para outra, — revelar a complexa relação entre elas, mostrando sua coexistência na *história sonhada* (aquela pensada não oficialmente por historiadores e

professores), *regulamentada* pelo governo e *efetivada* em sala de aula, em um mesmo contexto educacional, em um processo de mudanças e permanências. Além disso, ele tem o cuidado de não exaltar uma tendência em detrimento das outras, discutindo seus limites e suas possibilidades dentro de cada contexto político, econômico, social e educacional.

Fernández também reflete sobre a constituição da disciplina que se incumbem de pensar o ensino de História – a Didática da História. Entre as diferentes posições sobre a identidade desta área de conhecimento, Fernández defende aquela que se respalda nos fundamentos racionais e científicos da teoria crítica da educação, empregados para pensar a prática educativa e construir um projeto de reprofissionalização docente e de mudança social.

A partir do diagnóstico da Didática da História e do ensino de História na Espanha e da apropriação de discursos sobre ensino de História elaborados nos séculos XVIII, XIX e XX (D'Alembert, 1761; Altamira, 1891; Jeffreys, 1930), mas esquecidos pelos que se tornaram hegemônicos, Fernández, junto ao seu grupo de pesquisa denominado FEDICARIA — que conta com o apoio do historiador thompsiniano Joseph Fontana —, sugere a construção de uma *Didática Crítica da História*, como alternativa à história escolar regulamentada no final dos anos 1980. Isto é, uma didática que rompa com noção de conhecimento científico fossilizado, que seria transplantado para a escola somado a uma psicologia de aprendizagem individualista. Propõe, então, que o ensino de História seja integrado a outras áreas das Ciências Sociais (Geografia, Sociologia, Antropologia), superando aquele ensino que procurava mostrar o progresso da humanidade ou de uma nação e construindo um outro que, visando à emancipação da sociedade, discuta seus problemas atuais, desnaturalizando-os, ou seja, entendendo-os como uma construção humana possível de ser transformada. Desta forma, o programa curricular seria organizado em eixos temáticos baseados em problemas socioeconômicos, políticos e culturais do presente, os quais seriam analisados em diferentes temporalidades, buscando não só continuidades, mas também mudanças. Tais estudos nortear-se-iam por saberes científicos selecionados conforme os problemas do presente dos estudantes, que seriam ensinados através de uma metodologia dialógica, comunicativa, capaz de incentivar o aluno a pensar autônoma e criticamente. Enfim, é sugerida uma *Didática Crítica das Ciências Sociais*, que propõe um ensino que não superestime o ensino do raciocínio histórico em detrimento do acontecer histórico, mas procure entender, através desse raciocínio, o processo de construção social dos problemas atuais e as possibilidades de transformá-los, não desistindo do caráter emancipatório do conhecimento. Uma didática pensada inicialmente para o Ensino Secundário, mas que, conforme Fernández, possa ser empregada em todos os níveis de ensino, desde que sofra as adaptações necessárias.

Estas análises e propostas de Fernández podem nos ajudar a pensar criticamente uma forte tendência, principalmente na *história sonhada e regulamentada* no Brasil, desde os anos 90 – propor um ensino de História temático e centrado no desenvolvimento do raciocínio histórico. Sem negar a importância disto, Fernández faz ressalvas importantes quanto aos riscos de se negligenciar o entendimento crítico do acontecer histórico — fragmentar o conhecimento; resultar no relativismo, no presenteísmo e na naturalização do desenvolvimento psicopedagógico de nossos alunos, — os quais vale a pena considerar.

Há, porém, um ponto que precisamos relativizar conforme a história do ensino de História no Brasil: a defesa da inclusão no Ensino Secundário, como já ocorria no Primário, da História em uma área maior das Ciências Sociais. No Brasil, a integração da História e Geografia nos anos 1970, ao invés de ter a intenção emancipatória da *Didática Crítica das Ciências Sociais*, representou uma tentativa do governo autoritário de desqualificar e descaracterizar estas áreas de conhecimento, diminuindo seu potencial de formação crítica dos cidadãos. Assim, ao contrário da Espanha, aqui, a partir da democratização dos anos 1980, a luta dos pesquisadores e professores do ensino de História e Geografia foi para garantir a autonomia destas disciplinas no currículo escolar das primeiras séries do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. Autonomia que restitua o espaço perdido por estas disciplinas, resguarde suas especificidades, sem negar a possibilidade de um trabalho interdisciplinar não só entre elas, mas entre todas as disciplinas escolares.

Em termos gerais, este aprofundado estudo de Fernández muito pode contribuir para nossas pesquisas sobre o ensino de História no Brasil, pois nos faz perceber como, para entender a especificidade do saber histórico escolar, é preciso investigar as diferentes relações estabelecidas por este saber, não apenas com a ciência da História, mas também da Psicologia e da Pedagogia, nos vários níveis de ensino, na formação dos professores, em diferentes momentos históricos. Além disso, suas análises das aproximações e das divergências entre a *história sonhada, regulada e efetivada*, alertam-nos para a importância de, também, analisar a interferência da rotina escolar, do saber dos professores e dos alunos na constituição do saber histórico escolar e considerá-los no momento de propor mudanças para este ensino. Nesse sentido, suas pesquisas favorecem o diálogo entre a *teoria social do currículo* e os dados empíricos da educação escolar.